



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0281754-5 RECIFE/PE

AGRAVANTE: TNL PCS S/A (OI MÓVEL)

ADVOGADO: ERIK LIMONGI SIAL PE015178

AGRAVADO: ALEX SANDER SCHMIDT

ADVOGADO: FRANCISCO DUTRA DE MIRANDA NETO PE020174

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO 20 DE MARÇO DE 2013

JULGAMENTO

:

EMENTA – RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL. APLICABILIDADE DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. VALOR MANTIDO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA DAS SÚM. 41 E 362 DO STJ.

1. A hipótese atrai a incidência da legislação consumerista, porquanto trata de contrato de prestação de serviços de telefonia móvel, invertendo-se o *onus probandi*. Desta feita, ausente qualquer prova que faça crer ilegítimas as alegações autorais, pois, cabendo ao agravante provar a inveracidade dos fatos aduzidos, não se desincumbiu de tal ônus.

2. Devida, portanto, indenização pelo dano moral impingido, cujo valor fica mantido em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por atender ao binômio reparação/desestímulo.

3. Relativamente aos juros de mora e correção monetária, incide o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça (Súm. nº 54¹ e nº 362²).

4. Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso.

¹ STJ, Súm. 54. Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.

² STJ, Súm. 362. A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0281754-5, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 22 de março de 2013.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Alberto Nogueira Virgínio', written in a cursive style.

**Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

530

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0281754-5 RECIFE/PE

AGRAVANTE: TNL PCS S/A (OI MÓVEL)

ADVOGADO: ERIK LIMONGI SIAL PE015178

AGRAVADO: ALEX SANDER SCHMIDT

ADVOGADO: FRANCISCO DUTRA DE MIRANDA NETO PE020174

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto por TNL PCS S/A (OI MÓVEL) em face da **decisão terminativa** de fls. 497/498v, que negou provimento ao apelo, para manter íntegra a sentença de primeiro grau a qual condenou a empresa ora agravante ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigido monetariamente, desde a data do arbitramento e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a contar do pleito administrativo, ou seja, 29/11/2007. Por fim, confirmou a tutela antecipada, tornando-a definitiva e condenou a demandada a cancelar a linha de nº 8854-5964.

Em suas razões (fls. 502/520), sustenta a recorrente que nunca houve pedido de cancelamento da linha de nº 8854-5964 e esta sempre esteve em perfeitas condições de funcionamento. Defende ter havido confusão por parte do autor/recorrido quando da solicitação de cancelamento de uma das linhas, tendo pleiteado o bloqueio de uma delas, pensando se referir à outra.

Reputa inócidente o dano moral, ante a legalidade das ações da empresa recorrente e ausência de prova de quaisquer abalos porventura sofridos. Pugna, ao final, pela retratação da decisão monocraticamente prolatada por este relator. Caso este togado decida pela sua manutenção, requer seja submetido o agravo à Câmara para julgamento.

É o relatório.

Independente o feito de pauta, trago-o à mesa para julgamento.

Recife, 20 de *dez* de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

531

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0281754-5 RECIFE/PE

AGRAVANTE: TNL PCS S/A (OI MÓVEL)

ADVOGADO: ERIK LIMONGI SIAL PE015178

AGRAVADO: ALEX SANDER SCHMIDT

ADVOGADO: FRANCISCO DUTRA DE MIRANDA NETO PE020174

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

Como bem elucidou o magistrado de piso, a discussão trazida a cotejo judicial é simples, porquanto gira em torno de saber se efetivamente o autor requereu o cancelamento da linha nº 8854-5964, se o pedido foi atendido e se houve bloqueio da linha nº 8822-8000.

Conforme relatório acima, a empresa agravante alega que o autor, ora recorrido, incidiu em equívoco ao solicitar o cancelamento da linha nº 8822-8000 acreditando referir-se à de nº 8854-5964, razão pela qual reputa corretas as cobranças perpetradas.

Ora, é de sabença comum que muitas empresas ao firmarem contrato de adesão com o consumidor, mormente as concessionárias de serviços de telefonia, fazem de tudo para convencê-lo a manter com elas a contratação, utilizando-se, para tanto, de subterfúgios tais, capazes, praticamente, de coagi-lo a sustentar o vínculo pactuado. Assim, valendo-se do fato de que as demandas do consumidor somente podem ser solucionadas pela via telefônica (ou ainda pela *internet*), essas empresas protraem no tempo a conclusão do atendimento, de modo a “cansar” o contratante até o ponto de este desistir de seu objetivo.

Esse é o modo pelo qual agem diversas prestadoras de serviço, razão pela qual não peca por falta de fundamento o pleito autoral, pois informa o agravado ter requerido o cancelamento do vínculo contratual pela via telefônica e, na crença de que seu pedido fora satisfeito, surpreendeu-se ao tomar conhecimento, somente *a posteriori*, de que o contrato ainda vigia e até mesmo tinha gerado a cobrança por serviços não mais utilizados.

Patente está que o caso *sub judice* trata de relação consumerista, regida pela Lei nº 8.078/90 (CDC), razão pela qual, presentes os requisitos¹, correta a inversão do ônus da prova. Desta feita, percebo não ter sido juntada aos autos qualquer prova que faça crer ilegítimas as alegações autorais, pois, cabendo ao agravante provar a inveracidade dos fatos aduzidos, não se desincumbiu de tal ônus, restando perfeita a condenação em danos morais.

¹ CDC. Art. 6º. São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

AS



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

Presentes, portanto, a **conduta ilícita**, consubstanciada no cancelamento de linha telefônica diferente da pleiteada pelo consumidor, o **dano** causado ao recorrido, ante as cobranças indevidas a ele dirigidas, bem assim o **nexo de causalidade** entre a primeira e o segundo, no que se impõe, indiscutivelmente, a condenação a título de danos morais.

Configurada a ilicitude da inscrição, há o dever de indenizar, conforme determina o art. 186² do Código Civil. Consigno que há entendimento consolidado nos Tribunais no sentido de não haver necessidade de demonstrar-se o efetivo dano em razão da dificuldade de produção de tal prova, tratando-se de um bem incorpóreo, bem como face à presunção da existência do dano, pois inquestionáveis os aborrecimentos decorrentes da cobrança indevida, *in verbis*:

RESPONSABILIDADE CIVIL. MULTA DE TRÂNSITO INDEVIDAMENTE COBRADA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. INDENIZAÇÃO. **DANO MORAL. DANO PRESUMIDO. VALOR REPARATÓRIO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO** 1. Como se trata de algo imaterial ou ideal, a prova do dano moral não pode ser feita através dos mesmos meios utilizados para a comprovação do dano material. Por outras palavras, o dano moral está insito na ilicitude do ato praticado, decorre da gravidade do ilícito em si, sendo desnecessária sua efetiva demonstração, ou seja, como já sublinhado: o dano moral existe *in re ipsa*. Afirma Ruggiero: "Para o dano ser indenizável, 'basta a perturbação feita pelo ato ilícito nas relações psíquicas, na tranqüilidade, nos sentimentos, nos afetos de uma pessoa, para produzir uma diminuição no gozo do respectivo direito." 2. [...] 5. Recurso especial provido. (STJ. REsp 608.918/RS, Rel. Ministro José Delgado, julgado em 20/05/2004, sem grifos no original)

A dor, o sofrimento ou o constrangimento suportados pelo ofendido são, decerto, irreparáveis, consoante serem valores de natureza inapreciável. Este tipo de indenização (pelo dano imaterial) serve como meio de se mitigar a dor da vítima, impingindo-lhe o conforto necessário para que o sofrimento experimentado seja, ao menos, compensado.

É cediço que a reparação do dano moral há de ser arbitrada em consonância com as circunstâncias de cada caso e tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido, evitando-se, porém, que se converta em fonte de enriquecimento ou se torne inexpressiva.

O valor da indenização, nesse passo, deve ser arbitrado em patamar que ofereça compensação ao lesado, para atenuar o sofrimento havido, e inflija sanção ao causador do dano, visando a coibir a reiteração da prática de atos lesivos à personalidade de outrem.

² CC. Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

532

Assim, verifico ser correto o *quantum* indenizatório estipulado, uma vez que se coaduna com o comumente aplicado pelo STJ, por atender ao binômio reparação/desestímulo, *in verbis*:


ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DE ÁGUA. COBRANÇA INDEVIDA. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. ERRO JUSTIFICÁVEL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. VALOR DOS DANOS MORAIS EXORBITANTE. NÃO OCORRÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. [...] 3. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que a revisão do valor da indenização somente é possível quando exorbitante ou insignificante a importância arbitrada, evidenciando-se flagrante violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se configurou no caso dos autos, em que se fixou o valor da indenização em R\$ 2.000,00. 4. Agravo não provido. (STJ. AgRg no AREsp 165.027/RJ, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, julgado em 21/08/2012)

Relativamente aos juros de mora, está consolidada a orientação de que para as hipóteses de condenação em ações de responsabilidade extracontratual devem incidir desde a data do evento danoso, nos termos da Súm. nº 54³, do STJ. No tocante à correção monetária, o entendimento sumulado (Súm. 362⁴, STJ) é no sentido de recair desde a data do arbitramento, restando, assim, irretocável a sentença também neste aspecto.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, mantendo, integralmente, a decisão terminativa proferida na apelação nº 0281754-5.

É como voto.

Recife, 20 de ~~dez~~ de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator

³ STJ, Súm. 54. Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.

⁴ STJ, Súm. 362. A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.